

CÍRCULO UNIVERSITÁRIO DO PORTO - ENTRADA LATERAL
(FOTO DE LUÍS FERREIRA ALVES)

S U M Á R I O

- 130 EDITORIAL
- 131 O EDIFÍCIO DO CÍRCULO UNIVERSITÁRIO DO PORTO
por Fernando Távora
- 134 EVOCAÇÃO DE PEDRO MARIA DA FONSECA ARAÚJO
por Francisco de Almeida e Sousa
- 136 JOSÉ RÉGIO
ATRAVÉS DO SEU DIÁRIO ÍNTIMO
por Leonardo Bruno
- 141 JOSÉ RÉGIO — ALGUNS ENCONTROS COM A CIDADE DA VIRGEN
por A. Monteiro dos Santos
- 148 CLEMENTE MENÉRES
O PERCURSO EMPRESARIAL (2)
por Jorge Fernandes Alves
- 157 VIDA CULTURAL
- 159 ACONTECEU NÁ 50 ANOS

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

SEDE: Palácio da Bolsa • R. Ferreira Borges
Telef. 2002720 • 4000 Porto

ADMINISTRAÇÃO: Eng. Vergílio Folhadela Moreira (Presidente)
Eng. Francisco de Almeida e Sousa (Administrador)
João Ruq Ribas dos Santos (Administrador)

DIRECÇÃO: Dr. F. Almeida Conde (Director)
Dr. A. Canedo (Director Adjunto)

COORDENAÇÃO GERAL: Dra. Maria do Pilar Garcia
José Leão

Depósito Legal n.º 11457/86 • Registo na D.G.C.S. n.º 107643

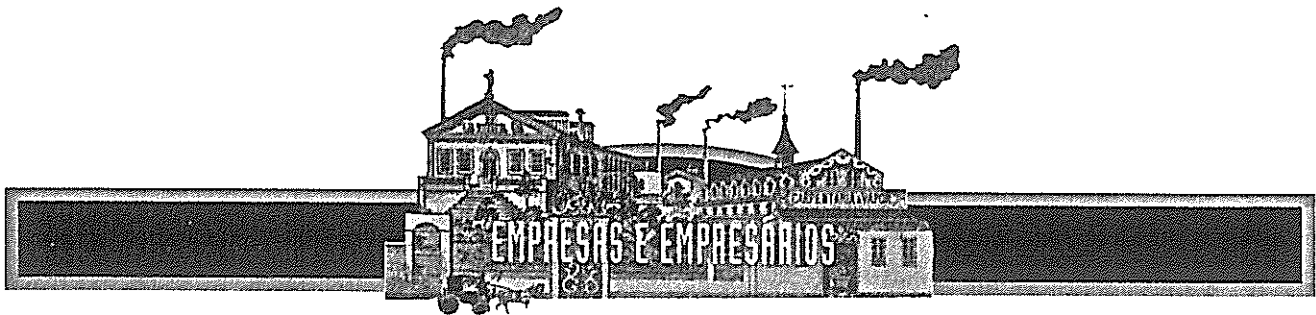
Revista Mensal • Preço: 750\$00 • Assinatura Anual: 7.500\$00

EXECUÇÃO GRÁFICA: UNIAITE GRÁFICA • PORTO

DISTRIBUIÇÃO: MÁRIO DA SILVA BRAGA, LDA.
Rua Duque de Terceira, 271 - 4000 PORTO

TIANGEM: 5000 EXEMPLARES

7.ª SÉRIE • ANO XIV • N.º 5 • MAIO 1995



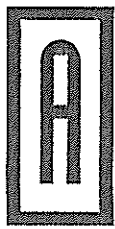
**5 - INVESTIMENTOS
EM TRÁS-OS-MONTES**

CLEMENTE MENÉRES

o percurso empresarial (II)

(Continuação do número anterior)

gue e terra quanto vejas». Só em 1884 ampliou a casa com andar superior e outros arranjos, dada a necessidade de levar consigo a numerosa família⁽¹⁶⁾, face às temporadas



estratégia de investimento em Terras de Miçandela não foi uma opção fácil. Para comprar terras, por mais baratas que fossem, era preciso dinheiro. Clemente Menéres procurou um estabelecimento apropriado para esse efeito. Sob hipoteca, conseguiu no Banco Aliança um primeiro empréstimo em 7 de Janeiro de 1876 e outro quase dois anos depois (11.10.1877): no total, um crédito em conta-corrente até 25 contos de réis, que foi totalmente levantado.

Em 31 de Dezembro de 1876, a propriedade agrícola era já constituída por 279 terras, respeitantes a 181 títulos de compras e distribuíam-se por Romeu, Vale do Couço, Vale de Lobo, Vale d'Asnes, Vila Verdinho e Cortiços. E depois alarga-se a outros terrenos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiões e Vila Flor. Em 1893 a propriedade fundiária de Clemente Menéres atingia uma área considerável, distribuindo-se, de forma dispersa, por «*uma extensão de 27 Kilómetros*». Quando não pode comprar terras (o que, geralmente, só faz em zonas inhóspitas por ser terreno mais barato), opta por comprar apenas os sobreiros, em zonas de cultivo de cereais: nos finais do século, os sobreiros de Clemente Menéres eram calculados em 200.000 pés. Clemente limpa as matas, extrai cortiça, poda e limpa sobreiros, arranca matagais, veda lameiros, canaliza água, faz plantações, ergue duas fábricas de cortiça (no Carriço e na Horta da Massada). Faz a casa de habitação por fases: durante muito tempo pernitou no tasco de telha vã e térreo do Carriço, que tinha a particularidade de ser seu contrerrâneo da Vila da Feira; depois (1877) ergueu uma casa térrea, com grossas paredes e forrada a madeira, mas pequena, fiel ao dilado que tantas vezes citava — «*casa que che-*

cada vez mais dilatadas que passou a fazer no Romeu. Um investimento significativo cuja evolução se pode observar, segundo as próprias anotações de Clemente Menéres:

Anos	Propriedades	Deslocações	Salários e Construções
1874-76	10908\$455	1884\$590	1943\$980
1877	1108\$810	424\$000	5362\$810
1878	813\$485	222\$250	3209\$545
1879	598\$760	231\$040	2979\$525
1880	1413\$205	335\$100	2922\$615
1881	1565\$925	312\$100	4579\$570
1882	3471\$560	396\$000	4980\$500
1883	4180\$010	377\$300	6980\$940
1884	7994\$520	383\$000	8630\$000
Total	32054\$730	4564\$380	41589\$495

E agora, o que faltava? Mais dinheiro para investir e fazer girar o negócio. Em 2 de Julho de 1885 faz um contrato com quatro bancos para a abertura de um



ASPECTO DA FÁBRICA DE CORTIÇA DE MIRANDELA

crédito de 90 contos de réis, ao juro de 7%, com hipoteca de todas as suas terras no Nordeste Transmontano. Foi participado da seguinte forma:

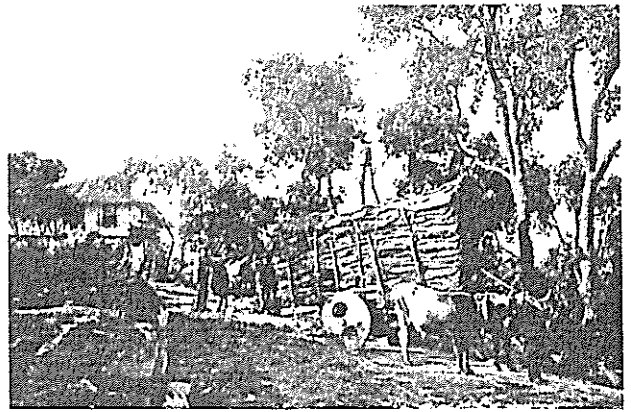
Banco Aliança	37300\$000
Banco Mercantil Portuense	9000\$000
Nova Companhia Utilidade Pública	19300\$000
Caixa Filial do Banco Lusitano	24400\$000

O empréstimo devia ser amortizado em seis prestações anuais a iniciar em 1886 e «em bom metal ouro e prata corrente nestes Bancos».

Mas é preciso notar que só com muita fé se podia ter avançado nesta aventura que, no princípio, apenas fornecia débitos demasiados para um pequeno negociante isolado. Na verdade, no mesmo dia em que Clemente Menéres fazia o contrato com o sindicato bancário acima referido, via-se na necessidade de renovar a dívida anterior, acima referida, datada de 1876. Sem pagar amortizações nem juros, aquele débito elevava-se já a 39104\$678 réis. E o Banco Aliança impõe: amortização em 7 prestações anuais a partir de 31.10.1886, com importâncias progressivas (a primeira de 2 contos, as quatro seguintes de 5 c. e depois uma de 6 c., outra de 12104\$678), para além de uma final para solver os juros entretanto acumulados. Contratos estes que, apesar de tudo, revelam uma grande capacidade negocial e a demonstração pública de respeitabilidade empresarial.

6 - EM PROL DO COMBOIO DO TUA

O problema do escoamento dos produtos era, no entanto, quase insolúvel para a região transmontana, mesmo quando houvesse acesso a canais de distribuição. Os custos e a morosidade, esta fatal para determinadas produções como a fruta, tornavam difícil qualquer projecto comercial. Aprendendo a partir da experiência própria, Clemente Menéres rapidamente percebeu que nenhum negócio seria viável se não conseguisse para ali um caminho de ferro. O mesmo percebera Fontes Pereira de Melo quando em 1878 visitou aquelas paragens e prometera então empenhar-se por uma linha de caminho de ferro para Mirandela, ao longo do Tua, como forma de combater o isolamento⁽¹⁷⁾. Não admira que Clemente Menéres aderisse, então, ao fontismo, e se declarasse como regenerador⁽¹⁸⁾.



TRANSPORTE DA CORTIÇA

Aproveitando a conjuntura da construção do caminho de ferro do Douro, estando em debate o projecto do seu prolongamento para Salamanca, surge-lhe a ideia luminosa, ainda que pouco ortodoxa. Diz-nos: «*principei a luta em 1881 para 1882, imaginando telegramas dos povos transmontanos (que se não mexiam), afirmando que se sublevavam pelo facto de os poderes públicos se não preocuparem nunca com a desgraça da província onde eu vim bater*».

Telegramas e artigos de opinião (escritos pelo genro, sob sua indicação) e representações assinadas pela Câmara Municipal de Mirandela ou por grupos de negociantes do Porto foram transcritos em jornais de Lisboa e Porto, conseguindo atrair as atenções e criando opiniões favoráveis ao caminho de ferro do Tua. A procura de quintas em Trás-os-Montes para pessoas gradadas da política que lhe solicitaram ajuda trouxe-lhe aliados inesperados na pressão política para a apresentação do respectivo projecto ao Parlamento (levada a cabo pelo ministério de Hintze Ribeiro). Mas a campanha para o comboio do Tua tornou-se também uma luta afectiva e de afirmação local, não se podendo esquecer que Clemente Menéres vai casar em segundas núpcias com uma senhora de Mirandela, filha da elite local (1896). Clemente contactou hipotéticos construtores: a conhecida casa dos Irmãos Pereira, em França, e Henry Burnay, em Lisboa, este seu antigo vizinho de Monchique e colega da praça do Porto. Fez pressão junto de deputados, promovendo reuniões para o efeito mesmo na capital. E face às dificuldades aventadas por Henry Burnay em assumir uma linha de via estreita de apenas 55 quilómetros, Clemente Menéres e o grupo de novos proprietários da zona organizaram um grupo para assumir a responsabilidade pela sua construção (concorrendo com base no orçamento de 22999\$500),

embora no concurso a arrematação acabasse por ser feita pelo Marquês da Foz, que organizou uma companhia para a exploração daquela e de outras linhas. Em 27 de Setembro de 1887 a linha do Tua (até Mirandela) era inaugurada com a presença do Rei D. Luís, e na bandeira da locomotiva o nome de Clemente Menéres estava inscrito com o de um grupo de pessoas que tinham sido decisivas para o projecto, embora na altura ele tivesse partido mais uma vez para o Brasil para tentar salvar os seus negócios que andavam aziagos. Note-se que o troço até ao Romeu (13 Km.) foi mais tardio, ainda demorou 18 anos, inaugurando-se apenas a 2 de Agosto de 1905.

7 - ROMEU E PORTO — OS DOIS POLOS DA EMPRESA

Em todo o caso, a firma Clemente Menéres está sediada por alguns anos no Romeu, na propriedade que denominou significativamente de Jerusalém. Por ali tinha a fábrica de cortiça, que exportava principalmente para a Alemanha e Brasil, recebendo deste último ainda importantes encomendas de azeite em almotolias, para lá de vinhos tratados que enviava para Gaia. Por 1887, uns meses antes da inauguração da linha do Tua, a propriedade agrícola de Mirandela estava estabilizada, tinha a produção organizada. Clemente procurou mesmo aumentar a capacidade local da mão-de-obra: face à elevada taxa de analfabetismo que ali fora encontrar, quase 100%, mandou construir para o efeito uma escola primária. Como curiosidade ilustrativa deste clima social, sublinhe-se que o funcionário que lhe fazia as compras de terras e efectuava os pagamentos nem sequer sabia ler ou escrever, engendrando apontamentos de exclusiva



MATA DO QUADRAÇAL

decifração pessoal que lhe permitiam dar conta de vendedores, confrontações, locais, etc.

Mas era a hora de voltar ao Porto e desenvolver mais a componente do comércio. Manda arranjar a sua casa de Monchique, nos seus 5 andares, freta um comboio especial e transporta a família, operários e máquinas para a Cidade, montando a fábrica de novo num dos armazéns do ex-convento. Organiza mostruários da sua produção própria e parte de novo para o Brasil e Rio da Prata, atravessando mais uma vez o «charco» Atlântico, que os homens de oitocentos tratavam familiarmente. Na volta, reorganiza o estabelecimento aumentando-lhe o capital e constituindo sociedade com os filhos, dado o dinamismo por estes revelado durante a sua ausência: cria a Clemente Menéres & Filhos, nela integrando todas as propriedades do Porto e Trás-os-Montes. A parte oriental do ex-convento de Monchique passa a albergar as duas principais actividades — a fábrica de rolhas de cortiça e o armazém de vinho e outras bebidas, estas com uma grande variedade de marcas e géneros, desde vinho do Porto, moscatel e malvasia e licores diversos, tanto de produção própria como de produção alheia. Os anúncios apresentavam a casa como fornecedora da Casa Real e costumavam apresentar referências relativas às distinções obtidas nas exposições internacionais: Filadélfia 1876, Paris 1889, Lisboa 1884.

O Inquérito Industrial de 1890 apresenta a componente fabril da firma como tendo um capital fixo de 50 contos de réis e circulante de 20 contos. Nela trabalhavam 29 operários e 11 operárias durante todo o ano (290 dias), com 10 horas diárias e 140 serões anuais (média de 3 horas)⁽¹⁹⁾.

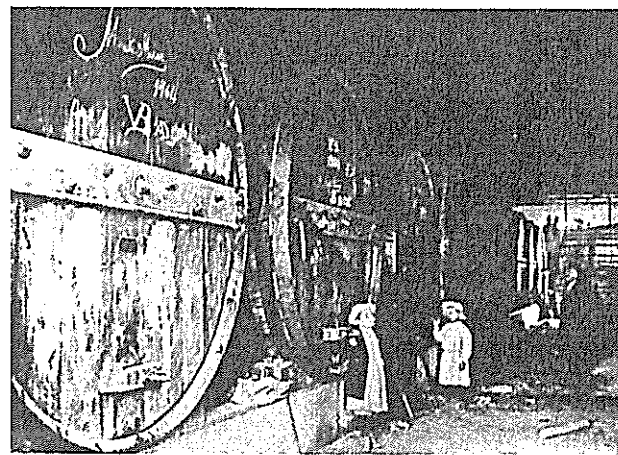
Na exposição industrial de 1891, realizada no Palácio de Cristal, a sua participação na 2.ª classe de expositores, relativa a produtos da indústria florestal, mereceu palavras de destaque no relatório final. O Conde de Samodães, na introdução geral aos relatórios das diversas classes, afirma:

Como indústria particular avantajava-se a cortiça da casa Menéres & Filhos, na calçada de Monchique no Porto. A casca do quercus suber ali nos aparecia sob todas as formas, desde a rolha, que é a sua principal utilização, até ao rendilhado primoroso do quadro oferecido à simpática Rainha a Senhora D. Amélia.⁽²⁰⁾ Entretanto, o investimento da sociedade alargou-se a outras áreas. Por exemplo, em 1890, a firma Clemente

Menéres & Filhos participava na sociedade em comanda Sousa Santos & Irmão, para o estabelecimento de uma fábrica de fundição que adquiriram a John Ayres, em Miragaia (Monte de Judeus). Uma sociedade prevista para durar oito anos, realizada com os dois irmãos Sousa Santos que ficavam como gerentes e com uma quota de 500\$000 réis cada, enquanto a Clemente Menéres & Filhos e ainda Henrique Pinto Alves Brandão participavam com 3500\$000 réis, perfazendo assim um capital social de 8 contos de réis. Estes dois sócios comanditários retirariam anualmente as suas partes de lucro, enquanto os sócios gerentes, para além da retirada mensal de ordenado, capitalizariam os seus lucros até que o capital respectivo igualasse o dos comanditários⁽²¹⁾. Um exemplo que nos mostra a proliferação de firmas a partir da confiança dos já estabelecidos em elementos promissores mas sem capital, permitindo-se que estes o realizassem gradualmente através da acumulação de lucros, tendo como contrapartida a garantia do seu interesse no bom andamento da firma.

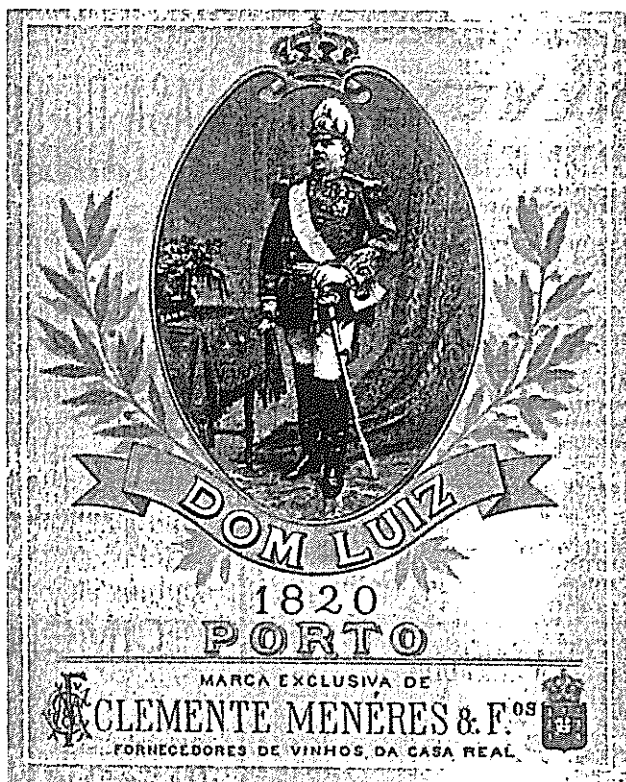
Em 1895 Clemente Menéres afirma ter realizado a sua última viagem comercial à Palestina, Síria e Egipto e aí, perante as descobertas arqueológicas que visitou, deixou-se impressionar pelo sentido de finitude das coisas, através da observação das maravilhas de estatuária, decorações, etc., de há milhares de anos, símbolos de civilizações que se aniquilaram umas às outras e que agora só valiam como vestígios de épocas de ouro. A possibilidade de o esforço e a entrega da sua vida se transformar rapidamente em arqueologia produziu-lhe angústia.

Com efeito, o curto ciclo de vida das empresas comerciais e industriais também o preocupava, sobretudo encarando, como o faz, o seu empreendimento de Mirandela mais com o coração do que com a razão. Isso levou-o a pensar em reestruturar de novo a firma existente, dando-lhe nova configuração jurídica, reduzindo a sua participação e colocando as propriedades transmontanas de fora. Preocupava-o a diluição do seu sonho transmontano, a fragmentação territorial típica do Norte pela via da herança. O quadro jurídico da constituição de sociedades alterou-se e veio ajudá-lo a concretizar esse objectivo. A lei de 11 de Abril de 1901 introduz alterações no Código Comercial e permite a constituição de *sociedades por quotas de responsabilidade limitada*, que estabelecem um meio termo entre as tradicionais sociedades em nome



ADEGA DE MONTE MEÕES

colectivo (de responsabilidade colectiva dos seus sócios) e as sociedades anónimas (de capital disperso por acções, limitando-se a responsabilidade ao montante investido). As sociedades por quotas de responsabilidade limitada passam a ser representadas apenas pela gerência (nomeadamente nas falências, limitando a responsabilidade dos investidores), podendo-se instituir limitações ao direito de alienação das quotas, estabelecendo, por exemplo, o direito de preferência. O patriarca da família não perde tempo e em 18 de Dezembro de 1902 organiza a Sociedade Clemente Menéres, Lda., associando a si a esposa, os filhos e respectivas consortes, com um capital de 90 contos de réis, mas em que a sua entrada representava 88800\$000, sendo simbólica a participação dos outros sócios (200\$000 réis cada, em dinheiro). A Sociedade constituída por 99 anos integrava, através da quota de Clemente, as propriedades rurais de Trás-os-Montes, bem como gados, utensílios agrícolas, vasilhames, géneros em depósito, fábricas e marcas industriais e comerciais. Tinha como objectivos: a) «explorar agricolamente na província de Trás-os-Montes bens rústicos, próprios ou arrendados, para a produção de vinho, azeite e cortiça e, acessoriamente, cereais, madeiras, mel e outros produtos agrícolas»; b) «Manufacturar e vender os produtos dessa exploração agrícola». Mas o importante era o obstáculo jurídico à pulverização ou à entrada de estranhos para a sociedade, pois cada herdeiro passaria a ter apenas interesses na firma, tendo de os ceder para o seu interior caso pretendesse aliená-los. Com efeito, o acto de constituição desta sociedade é um meticuloso emaranhado de normas que prevê as diversas possibilidades de alienação das quotas, quer a título oneroso quer a título gratuito, es-



RÓTULO DE VINHO

tabelendo sempre a possibilidade de ser licitada por outros membros da sociedade e a eles adjudicada⁽²²⁾. A *Sociedade Clemente Menéres, Lda.*, tornou-se numa das primeiras a assumir este estatuto no espaço nacional, havendo documentos internos que a apresentam mesmo como a primeira do género, e terá sido caso raro durante muito tempo no âmbito da exploração agrícola. Sublinhe-se que seis anos depois (24 de Fevereiro de 1908) se procede à elevação do respectivo capital, passando-o para 190 contos de réis, ou seja, mais cem contos, sendo esta entrada representada apenas pela integração da propriedade do ex-convento de Monchique (no valor de 65 contos) e por 35 contos de crédito individual que Clemente Menéres tinha sobre a sociedade, «proveniente de adiantamentos a ela feitos para as necessidades comerciais e industriais». A *Sociedade Clemente Menéres, Lda.*, ainda hoje é um ex-libris de Mirandela, apesar de se estender também a concelhos vizinhos, e constitui um modelo de exploração agrícola da região, mantendo a extensão comercial no Porto, no lugar de sempre. Sublinhe-se que, ao abrigo do decreto de 10.5.1907 e do regulamento de 16.5.1907, que estabelecia uma nova demarcação para o «Alto Douro», as terras da Sociedade são integradas na região demarcada. Com o decreto de 27 de Novembro de 1908 altera-

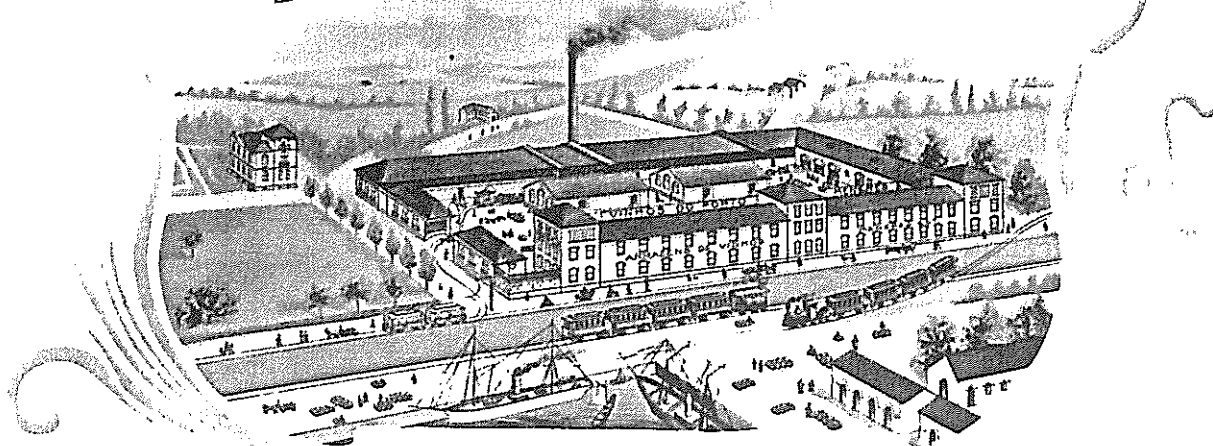
ram-se de novo os limites, excluindo o de Mirandela, estabelecendo-se, porém, que se poderiam manter na região demarcada as propriedades que pela natureza do solo e clima apresentassem condições para isso, bastando aos proprietários apesentar solicitação ao governo para serem objecto de um exame de peritos para esse efeito. Foi o que aconteceu, com a reclamação de Clemente Menéres em relação a Romeu a ser deferida (Diário do Governo de 1.10.1910) e, conseqüentemente, os seus vinhos foram revalorizados. Legislação posterior confirmou esta integração (dec. 4655 de 16.7.1918 e dec. 7934 de 10.12.1921). Entretanto, a procura de mercados externos não parava. Clemente Menéres é praticamente o único animador da representação portuguesa na exposição industrial de Osaca (1903), no Japão, apenas acompanhado por outra firma de Matosinhos, a *Lopes, Coelho Dias & C.ª*, de conservas alimentícias, e da *Companhia Vinícola do Porto*, esta dirigida pelo seu filho José Menéres. No pavilhão português de amostras, para além das latas de conservas daquela firma, lá estavam, de um lado, as cortiças e rolhas e, do outro lado, o azeite e vinhos de Clemente Menéres. Foto-



MENÉRES & C^A

Grande Casa Exportadora de Vinhos

P O R T O



fundada em 1867

MENÉRES & C^A.

grafias sobre o fabrico da cortiça e do vinho decoravam o pavilhão envidraçado, que, apesar da sua modéstia, mereceu referências elogiosas na imprensa japonesa, que divulgava o respectivo agente no Japão. Uma tentativa de ultrapassar intermediários, já que a cortiça portuguesa chegava ao Japão via Alemanha, o mesmo acontecendo com as conservas de sardinha via França ⁽²³⁾

Pelo menos desde a campanha pelo comboio do Tua que Clemente Menéres tinha plena consciência dos grupos de pressão na vida económica do liberalismo. De regresso ao Porto, procura integrar-se naturalmente em espaços de sociabilidade associativa, com a colaboração dos filhos. Já era sócio da Associação Comercial do Porto, mas alguns dos seus filhos vão integrar a direcção desta influente agremiação. Ele próprio integra o movimento de refundação da Associação Industrial Portuense, fazendo parte do elenco da direcção de 1891-92, presidida por Jacinto de Magalhães que «ocupou» a então decadente Associação para lhe imprimir novos objectivos e combatividade. E o seu filho Alfredo Menéres, depois de integrar a direcção da União dos Industriais do Norte, foi mesmo o Presidente da AIP em 1898-99, aguentando o «choque» da crise que se seguiu à declaração de peste bubónica na cidade e a consequente imposição das medidas quarentenárias.

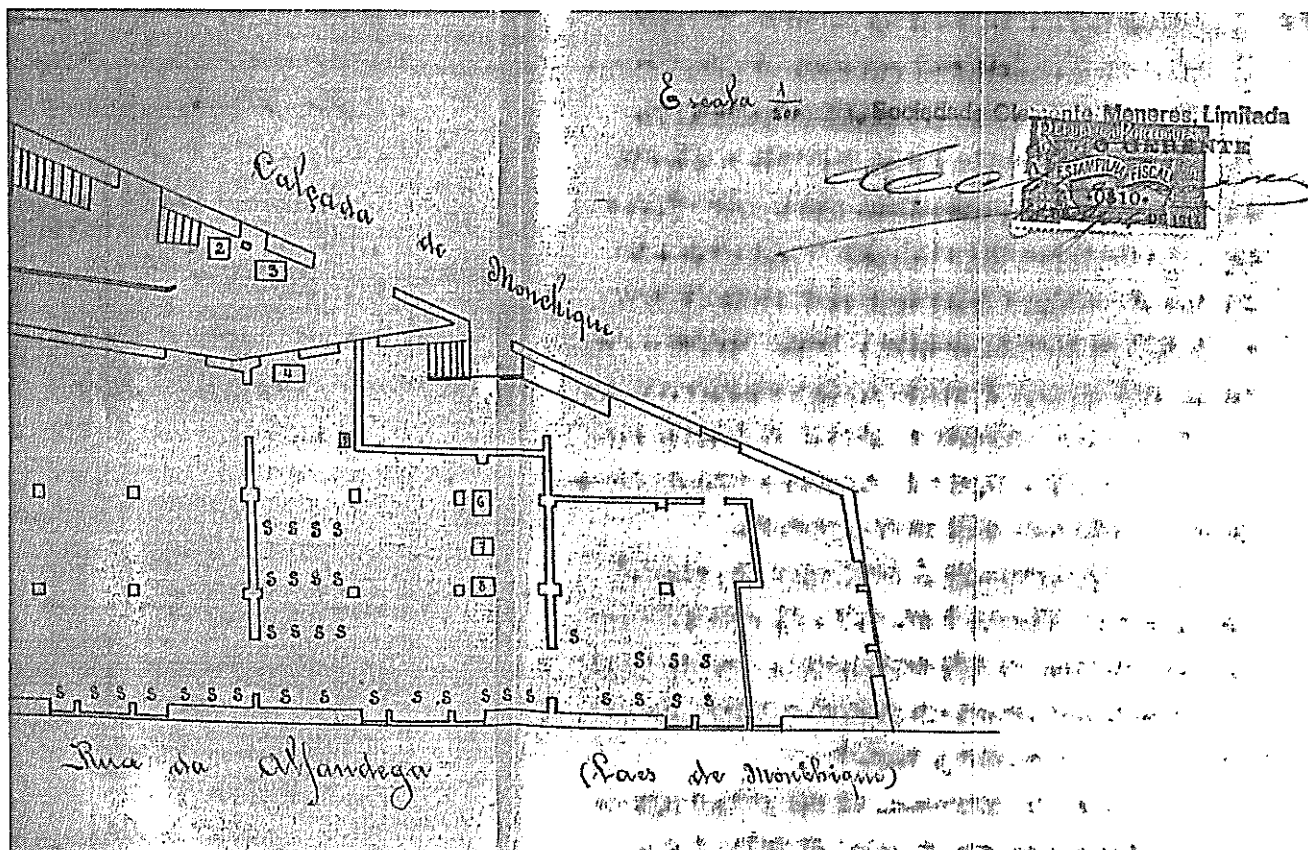
Sublinhe-se, de resto, que Alfredo Menéres foi mesmo um dos responsáveis pela racionalização agrícola da empresa e um dos seus dinamizadores, ainda que sob a perspectiva do patriarca da família. Se Clemente Menéres sonhou e ganhou espaço, Alfredo, formado, e não por acaso, em agronomia (tendo sido aluno do célebre Ferreira Lapa), foi porventura a alma dos processos de cultivo e de aproveitamento. A sua monografia sobre Carvalhaes dá-nos elucidativos exemplos a este respeito. Procurou desde cedo, por exemplo, aproveitar o azeitona para a indústria de conserva, embora a fraca produção nacional costumasse absorvê-la toda para o azeite, defendendo para isso novas atitudes de cultivo: «*normalizada a produção, educando-se as oliveiras por uma conscienciosa poda, estabelecendo-se a apanha da azeitona em regras acertadas, suprimindo-se o processo de varejo o cacete e adoptando-se o de colheita à mão, ripando o fruto, cessará o ano de contra-safra e, então, poderá Carvalhaes não só fabricar muitos milhares de hectolitros de azeite, como ainda tornar a contribuir para a indústria conserveira*». À imitação dos da empresa, alguns montes adjacentes foram também plantados de oliveiras. Só em 1910, em Carvalhaes, Alfredo Menéres plantou 1113 oliveiras. E em «Vila Joaquina» propriedade

que retirava o nome da esposa de Alfredo, plantava nessa altura uma média de 4000 árvores de diversas espécies de tipo florestal e de fruto. No campo da vinha, para além de apurar o moscatel, ensaiaram a produção de uvas passas, contratando para o efeito um técnico de Málaga, bem como de mostos sem álcool ou sumo de uva esterilizado à maneira dos produzidos na Califórnia, embora sem grande êxito⁽²⁴⁾

Em boa hora, Clemente Menéres instituiu a Sociedade com o seu nome e autónoma dos outros ramos de actividade. Em 1906, os restantes interesses económicos da família já estavam dispersos. E a firma Menéres & C.², que chegou a estar instalada em Matosinhos como exportadora de vinhos, era já dada como extinta, tendo o seu stock remanescente passado para a entretanto criada Companhia Vinícola do Porto, com sede no Porto e armazéns em Matosinhos, precisamente na Avenida Menéres, uma homenagem da Câmara local a esta família de empresários. Era a Companhia Vinícola uma companhia por acções, com o capital de 500 contos de réis de que era principal director José Menéres e presidente do Conselho Fiscal Alfredo da Fonseca Menéres.

É em 18 de Agosto de 1914 é já a Sociedade Clemente Menéres, Limitada, com sede em Mirandela,

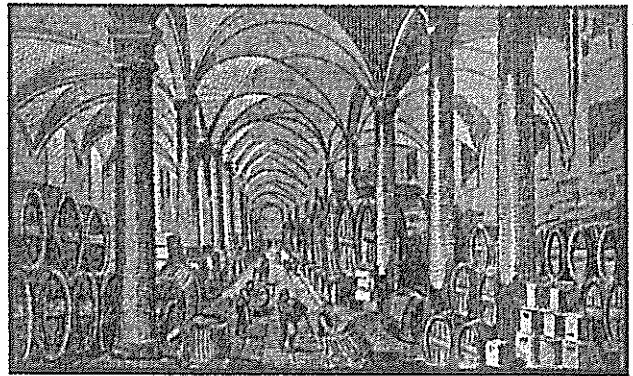
que, num retorno às origens, requer, com assinatura do então sepluogenário gerente, na administração do Bairro Oriental do Porto, licença para o estabelecimento de uma nova fábrica de cortiça e seus derivados em Miragaia, mais uma vez no ex-convento de Monchique. A memória descritiva revela-nos a evolução técnica verificada, com os motores eléctricos a permitirem outra gestão dos espaços e de funções, num preciosismo descritivo que vale a pena acompanhar [Cf. com a planta]. Assim, a fábrica tinha em vista «a produção da chamada prancha e ainda quadros e rolhas, a qual cortiça é cozida em uma caldeira... e depois de traçada e raspada manualmente é enfardada pelo mesmo processo. A cortiça destinada à fabricação de rolhas é rabaneada nas machinas (n. 6, 7, e 8) accionadas por um motor eléctrico de 1/2 cavalo, sendo depois essas rabanadas transformadas em quadros e rolhas por pequenas máquinas manuais (SSSS). As aparas são enfardadas em uma prensa hidráulica (n.º 4) accionada por um motor eléctrico (n.º 5) de 7 cavalos. Há mais uma mó (n.º 2) e uma serra circular (n.º 3), accionados por um motor eléctrico de 1/2 cavalo. A fábrica tem cerca de 40 operários que se empregam nos diversos misteres».



PORMENOR DA PLANTA DA FÁBRICA DA SOCIEDADE CLEMENTE MENÉRES

B - REPRESENTAÇÕES FINAIS

Clemente Menéres, ultrapassada a fase do comboio, mostrava orgulho e amargura com a sua exploração agrícola. Sentia-se um pouco herói pelo papel de pioneiro a levar o desenvolvimento ao interior, estabelecendo conexões necessárias da produção local com o mercado externo. Mas a actividade agrícola padecia de um grau de incerteza pouco compatível com os hábitos racionais do empresário urbano, para além da falta de estruturas de circulação eficientes que permitissem rentabilizar a sua comercialização. Secaram-lhe em períodos sucessivos milhares de sobreiros que, mesmo reduzidos a carvão, lhe deram prejuízo por serem incomportáveis as tarifas para o Porto. Não conseguia renovação, porque as plantações de novos sobreiros eram dizimadas pelas cabras, sobre as quais não havia coimas que resultassem, «*porque essas cabradas são dos capitalistas argentarios d'esta terra*», afirma, numa evidência do conflito que opunha o empresário vindo do exterior, movido por valores de estreita racionalidade económica e respeito pela propriedade privada, aos lavradores locais que tiravam o seu rendimento de práticas ancestrais de pastorícia nas zonas de monte. E interrogava-se sobre se não seria melhor dedicar-se «*a uma comoda vida argenteira, empregando esse dinheiro ao juro que outros alcançam*», e ao qual tivera de recorrer para estabelecer a sua própria organização, como já vimos. Mas reconhecia logo, num discurso paternalista, que esse nunca fora o seu ponto de vista, que a sua acção agrícola proporcionara trabalho permanente ao operariado da região, contribuindo para evitar o êxodo rural que se verificava nas povoações mais a norte do distrito, onde não havia trabalho assalariado. A sua obsessão passava por «*inventar serviços*», ou seja, tentar alternativas: a de plantação de vinha em terrenos pedregosos que começou por vender à Sandeman, mas que depois terão a marca da casa, exportando directamente; a plantação de oliveiras, com produção de azeite de elevada qualidade; a fruta (aspecto muito desenvolvido em períodos já posteriores, com os sucessores de Clemente a introduzirem em Portugal algumas espécies, como a maçã *Golden*); e, naturalmente, a de acrescentar valor à exportação de cortiça. Mas a grande dificuldade era o transporte da produção para o litoral, a falta de serviço prestado pelo



ARMAZÉM DE VINHOS

comboio, que apresentava tarifas elevadíssimas mas sem vagões adequados ao transporte de produtos deste tipo, situação que ele apostrofava e de que acusava o governo por no contrato ter garantido o juro do capital investido, reembolsando a Companhia da diferença, pelo que esta não precisava de melhorar os serviços como o faria se tivesse de prevenir lucros! Com a deflagração da primeira guerra mundial perde o mercado alemão, principal destino das suas exportações de cortiça, passando apenas a vender cortiça delgada para os Estados Unidos; o mercado inglês refluía também no vinho, obrigando a aumentar os stocks. A colheita de cortiça era agora mais escassa e obrigava-o a comprá-la no mercado para aguentar a fábrica do Porto. A conjuntura de guerra apresentava-se-lhe sombria. A força poderosa das movimentações tectónicas da economia parecia insuperável... tanto mais que lhe faltavam as forças da juventude. Faleceu a 27 de Abril de 1916. Embora tivesse alguns capitais dispersos, sob a forma de acções ou quotas⁽²⁵⁾, de terrenos e de várias casas de morada, a grande parte da herança era a constituída pela participação que detinha na Sociedade Clemente Menéres, Lda., solução empresarial que solidificou as suas conseqüências em Trás-os-Montes.

9 - CONCLUSÕES

O percurso empresarial de Clemente Menéres, a exemplo de tantos outros, radica no Brasil e no horizonte mítico que ele representava para os jovens do século passado. O quadro habitual da emigração inserida em redes familiares estava delineado a partir da chamada do tio do Brasil, rumo ao comércio do Rio de Janeiro. Vicissitudes familiares, como o casamento precoce com a prima e o regresso do tio e so-

gro, fazem-no voltar a Portugal, fixando-se com a família da esposa no Porto. Pelo seu lado, regressou apenas «abrasileirado», isto é, sem as características que retratam o popular «brasileiro»: modos exóticos e, sobretudo, alguma riqueza, embora houvesse a perspectiva de ser financiado no negócio pelos capitais do sogro, o que não se confirmou.

Se do Brasil não trouxe dinheiro, Clemente Menéres trouxe o saber-fazer comercial e uma nova racionalidade perante o fenómeno económico, uma vez habituado a horizontes mais largos, ultrapassada já a perspectiva paroquial pela «mentalidade» da emigração. O gosto de viajar e contactar diferentes povos levou-o a procurar oportunidades de comércio nos lugares mais diversos. Como homem da Feira que era, teve na cortiça o seu primeiro e principal objectivo, sendo exportador deste produto e tornando-se numa segunda fase produtor e transformador da mesma, como forma de maximizar os lucros e verticalizar os seus negócios. O mesmo se passou com o azeite, as conservas de frutas e, mais tarde, o vinho. Para isso promoveu a penetração de formas de organização capitalista no interior transmontano, fixando-se como grande proprietário rural na zona de Mirandela e concelhos circunvizinhos, imprimindo técnicas empresariais à exploração das suas propriedades. Soube lidar com as pressões políticas e da opinião pública como poucos em favor de uma infra-estrutura decisiva para o crescimento da região — o comboio do Tua. Integrou-se nas grandes associações económicas que defendiam a perspectiva patronal e desenvolviam influência junto do poder central, tendo alguns dos seus filhos ascendido a lugares dirigentes nas principais associações (AIP e ACP), ainda em plena fase activa do pai. Deve sublinhar-se que se tornou o grande empregador da região, dado o seu empreendimento ser ali o único vocacionado para a produção de grandes quantidades destinadas

directamente ao mercado. Neste contexto, note-se a sua evocação, na reunião final de 18 de Maio de 1915 em Romeu, do paternalismo patronal que o terá caracterizado, através de atitudes como a de proporcionar emprego e habitação ou de aceitar operários para lá da fase activa, atribuindo-lhes mensalidades de re-
forma, naturalmente aos mais fiéis.

JORGE
FERNANDES
ALVES*

* Faculdade de Letras · UP

NOTAS

- (16) Em 1883, ainda surge nos almanaques como residente no Porto, Rua da Alegria, 399.
- (17) Cf. Meneses Pimentel, «Around Trás-os-Montes», *Portugal Agrícola*, n.º 6, Dezembro de 1902, pp. 113-130.
- (18) Facto que lhe traria alguns dissabores em 1910, com a proclamação da República, quando o quiseram envolver em conflitos de tipo político, com o argumento de ser «reaccionário» e de esconder jesuítas na sua quinta da Avenida, em V. N. de Gaia, acusação que C. Menéres desmontou. Cf. *O Comércio do Porto*, Dezembro de 1910.
- (19) M.O.P.C.I., *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, Lisboa, 1891.
- (20) *Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal*, Lisboa, 1893, p. XX.
- (21) Arquivo Distrital do Porto, Notarial, PO8, L. n.º 650, f. 64 v.º e seguintes.
- (22) Arquivo Distrital do Porto, Notarial, PO4, L. n.º 778, f. 38 v.º e seguintes.
- (23) Cf. Wenceslau de Morais, *Cartas do Japão*, 1.ª série, Lisboa, Parceria, 1977. Recolha de artigos publicados no *O Comércio do Porto* da época.
- (24) Cf. Alfredo da Fonseca Menéres, *Carvalhaes*, Porto, 1916.
- (25) Por exemplo, pequenas participações, avaliadas entre 1 a 2 contos, na Empresa das Águas do Gerês, na Fábrica de Moagem Portuense, na Sociedade de Melhoramentos do Gerês, na Empresa de Pesca de Portugal, na Fábrica de Papel do Coima, entre outras.